



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jaques Wagner

REQUERIMENTO Nº DE - CMA

Senhores Senadores, membros da Comissão de Meio Ambiente,

Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Meio Ambiente avalie **a atuação do governo federal nas políticas de combate ao desmatamento e de prevenção e controle dos incêndios florestais**, no exercício de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil é o país com a maior diversidade biológica do planeta. Tal fato deveria ser considerado uma enorme oportunidade para sairmos na frente na era da bioeconomia. Vemos países apresentando seus programas de transição ecológica, como a China, Alemanha e, agora, Estados Unidos.

Cito, neste contexto, o relatório intitulado The Food Revolution, da UBS, empresa pública suíça, segundo o qual a nova revolução agrícola será baseada em cinco mega-tendências: economia política sob escassez, consumidor da nova geração, saúde e bem-estar, inovação digital e vida sustentável. O estudo ainda afirma que a “taxa de crescimento anual composta” para o segmento de proteína vegetal será de 28% até 2030. A organização também indica que, até 2050, a demanda no mundo por recursos aumentará em 55% para água, 80% para energia e 60% para comida. Essa projeção interessa muito ao Brasil, pois já somos um dos maiores produtores de alimentos do mundo, e poderemos continuar a ser, desde que tenhamos uma visão diferenciada sobre o que é desenvolvimento.

A produção de alimentos depende diretamente de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. A exemplo, a Amazônia produz, diariamente, 20

bilhões de litros de água através dos chamados “rios voadores”, formados a partir da água “produzida” pelas árvores. A agricultura no país é, em sua maioria, chamada de agricultura de sequeiro, justamente por não utilizar irrigação. A perda da cobertura vegetal neste bioma poderá afetar, ainda mais, a produtividade do setor.

Não há qualquer relação entre o aumento do desmatamento e o aumento da produtividade agrícola. Em meados de 2010, quando o Brasil crescia 3% ao ano e a agricultura 2%, o desmatamento caiu 80%. É preciso trabalhar a “verticalização da agricultura”, aumentando a produtividade, sem novos desmatamentos. A produtividade média de carne, em 2015, foi de 45 kg/ha, mas pode ultrapassar 200 kg/ha em pastagens bem manejadas, segundo relatório da Coalizão Clima, Florestas e Agricultura.

Na contra-mão das tendências globais, o Brasil segue convertendo suas áreas naturais em sistemas de baixa produtividade e alto impacto socioambiental. Os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), referentes a 2020, mostram a condução desastrosa: 9,8 mil km<sup>2</sup> desmatados na Amazônia, a segunda maior área desmatada dos últimos 9 anos, ficando atrás apenas do ano de 2019. Em 2009, ano de implementação do PPCDAm, o desmatamento foi reduzido drasticamente, por conta de estratégias de inteligência e comando e controle entre INPE e IBAMA. Segundo MapBiomas, em 2019, 99% do desmatamento que ocorreu no Brasil, foi ilegal, ou seja, em terras públicas, sem autorização. O desmatamento em Unidades de Conservação e Terras Indígenas, em 2019 e 2020, foram os maiores desde 2008.

Os dados do DETER, sistema de alertas de desmatamento na Amazônia Legal, mostraram os maiores números para 2019 e 2020, com 9.176 e 8.426 km<sup>2</sup>, respectivamente, as maiores taxas desde o início do monitoramento, em 2015 (o terceiro maior número foi de 6.302 km<sup>2</sup>, em 2016). O total de focos de queimadas, também monitorados pelo INPE, indicam que o ano de 2020 obteve o maior número

de focos de queimadas, desde 2011. No último ano, foram 33 mil quilômetros quadrados incendiados no Pantanal: 14% do bioma apenas no mês de setembro. Estudos apontam que a área queimada em 2020 supera em dez vezes a área de vegetação natural perdida em 18 anos.

Outros dados relevantes, diante tal crescimento nas taxas e nos alertas de desmatamento, são as quedas na aplicação de multas pelo IBAMA no biênio 19-20. Em 2019, segundo o Observatório do Clima, a redução foi de 25% nas autuações comparados com 2018. Além disso, em 2020, só no comparativo do primeiro semestre, as multas representaram uma queda de 54% em relação ao mesmo período de 2019. Até outubro de 2020, somente três multas haviam sido pagas do total de 1 mil autuações feitas ao longo do ano, representando apenas 12,5 mil reais. O conjunto na falta de aplicação e cobrança das multas por desmatamento evidencia a leniência frente a estes crimes.

Conforme apontou reportagem do The Intercept Brasil, em 2020, “o Conselho Nacional da Amazônia [presidido pela vice-presidente Hamilton Mourão e criado via mecanismo de Garantia da Lei e da Ordem - GLO] anunciou, em maio, a operação Verde Brasil 2, que mobilizou mais de 3,8 mil pessoas, entre militares e servidores do Ibama e órgãos ambientais estaduais, únicos aptos a lavrar multa ambiental. Mas a estratégia militar não pareceu ter dados resultados práticos e o governo chegou a usar autuações e apreensões de órgãos ambientais estaduais e do Ibama que não tinham relação com a GLO para inflar resultados.”

Além da conversão de áreas para atividades agrícolas, o avanço da mineração ilegal no país também contribui para o desmatamento, principalmente nos últimos dois anos. O biênio registrou os recordes mensais de desmatamento para atividades minerárias em unidades de conservação na Amazônia, com o primeiro trimestre de 2020 atingindo uma taxa de 80,6% maior que a do mesmo período em 2019. Ainda, cerca de 70% do avanço da mineração se deu sobre áreas protegidas, com as terras indígenas acumulando um aumento de 64% durante o

mesmo trimestre. Isso sobre o ano base em que o recorde de 23% de desmatamento via garimpo ilegal havia se estabelecido previamente em 2019 - área equivalente a 10 mil campos de futebol.

Infelizmente, os avanços da mineração ilegal não impactam apenas em termos de desmatamento, mas também de consequências para o solo. Segundo Beto Veríssimo, co-fundador do Imazon, a atividade mineradora ilegal, associada ao garimpo, traz contaminação de rios, intoxicação de pessoas e gera violência contra os povos tradicionais locais. Somado a isso, Veríssimo também comenta que o garimpo ilegal precede outras atividades ilegais na floresta, como invasão de terras, exploração de madeira e desmatamento para atividades pecuárias.

O cenário de devastação soma-se ao enfraquecimento de espaços de governança. Em abril de 2019, o Governo Federal publicou decreto que extinguiu todos os colegiados da administração pública federal instituídos por decreto ou ato normativo inferior. O ato extinguiu espaços importantes de participação da sociedade civil no âmbito da pasta ambiental. Um outro decreto, publicado em maio de 2019, levou a Ordem de Advogados do Brasil (OAB) a entrar com ação no Supremo Tribunal Federal (STF). O decreto trouxe alterações significativas na estrutura do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), “reduzindo a participação social, retirando assentos de Estados e Municípios, bem como de entidades e órgãos que pela sua natureza e atuação podem contribuir muito para o aprimoramento da questão ambiental, cuja relevância é enorme para a sociedade”, conforme aponta o documento.

Por fim, as dinâmicas de desmatamento no Brasil, seja via mineração, queimadas ou qualquer outro, está, também, sob intenso escrutínio da comunidade internacional. Enquanto os países das maiores economias do mundo discutem reformas profundas em suas matrizes poluidoras e tentam evitar a aceleração das mudanças climáticas no planeta, o Brasil segue na contramão - oferecendo um risco real ao equilíbrio climático. Jornais da Europa, Estados Unidos, China, Japão

e Sudeste Asiático, trouxeram, em suas manchetes, o avanço das queimadas na Amazônia e no Pantanal ao longo de 2020. Além da imagem do país estar danificada e aumentar o risco de investimento externo no país, resultados palpáveis já são percebidos no cenário geopolítico mundial. O Brasil não foi chamado para compor a lista de países da Cúpula de Ambição Climática de 2020, fato que se soma aos atritos com o Presidente da França e o atraso da ratificação do Tratado de Livre Comércio entre União Européia e Mercosul. Sendo assim, a questão ambiental se tornou um dos fatores cruciais, junto à crise do novo coronavírus, do isolamento brasileiro no âmbito internacional nos últimos dois anos.

Assim, apresento este requerimento com o objetivo de dar luz às ações do Governo Federal frente às políticas de combate ao desmatamento e de prevenção e controle dos incêndios florestais, no exercício de 2021.

Sala da Comissão, 26 de março de 2021.

**Senador Jaques Wagner**  
**(PT - BA)**  
**Presidente da Comissão de Meio Ambiente**